

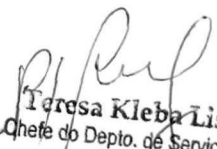
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

REINTEGRAÇÃO FAMILIAR: DESAFIOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO
SERVIÇO SOCIAL NA ENTIDADE DE ABRIGO

CLISCIENE DUTRA DO PRADO

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 08/07/04


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UESC

Florianópolis,
2004

CLISCIENE DUTRA DO PRADO

**REINTEGRAÇÃO FAMILIAR: DESAFIOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO
SERVIÇO SOCIAL NA ENTIDADE DE ABRIGO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito indispensável para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Carolina Hoeller da Silva

Florianópolis,
2004

CLISCIENE DUTRA DO PRADO

**REINTEGRAÇÃO FAMILIAR: DESAFIOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO
SERVIÇO SOCIAL NA ENTIDADE DE ABRIGO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof.ª Carolina Hoeller da Silva
Orientadora



Assistente Social Márcia Gomes da Silva de Oliveira
Membro



Prof.ª Márcia Regina Ferrari
Membro

Florianópolis, Julho de 2004

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à pessoa que nos últimos cinco anos me apoiou em todos os momentos que precisei, principalmente no momento de conquistar uma vaga na Universidade até este momento de conclusão do curso. A meu amado marido José Antonio, que esteve ao meu lado nestes momentos de ansiedade e perspectivas de um futuro profissional.

AGRADECIMENTOS

A professora Carolina Hoeller da Silva, por sua paciência e dedicação durante o processo de construção deste trabalho;

A coordenadora do programa Casas- Lares de Coqueiros, Maria Teresa Barreto, que oportunizou minha participação no cotidiano da atuação profissional da instituição;

A assistente social das Casas- Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, Márcia Gomes da Silva de Oliveira, que ao me supervisionar, contribuiu em meu crescimento profissional e pessoal, por demonstrar além de seu profissionalismo e sua disposição na orientação durante todo o período de estágio e principalmente por seu companheirismo e amizade;

Aos funcionários das Casas- Lares que demonstraram estar comprometidos com os objetivos da instituição auxiliando nas atividades que participei no período de estágio e ainda pela amizade e carinho demonstrado;

As crianças e adolescentes abrigados na entidade, que foram responsáveis pela ampliação da minha visão de atuação nesta prática profissional na identificação de valores e contextos diferenciados em cada caso;

Especialmente a minha querida mãe, que mesmo distante fisicamente, esteve torcendo por mim neste importante momento de minha vida, seja através de suas orações e preocupações ao telefone.

Finalmente, a todos que contribuíram nesta etapa de minha vida que certamente será base para o meu desenvolvimento profissional.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo descrever e analisar os desafios da prática profissional do assistente social na intervenção de reintegração da criança ou adolescente abrigado à sua família de origem, para a contribuição de uma reflexão onde o profissional afirma a sua atuação teórico- prática na elaboração de estratégias que viabiliza para efetivar seu atendimento frente aos desafios e as demandas que surgem no seu processo de trabalho. A motivação para este estudo partiu da experiência de estágio desenvolvido nas Casas- Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, no período de agosto de 2003 a fevereiro de 2004. O trabalho está distribuído em três capítulos que abordam respectivamente: o contexto da instituição frente à dinâmica institucional e a demanda atendida; as relações do Serviço Social e o atendimento a infância no Brasil na abordagem do referencial teórico do presente estudo e análise dos desafios e estratégias utilizadas na prática profissional para reintegração da criança ou adolescente a sua família de origem.

Palavras-chave: abrigo, serviço social e reintegração familiar.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEJA- COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO

COFI- COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

CFESS- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

CRESS- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FEBEM- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE BEM ESTAR DO MENOR

FNBEM- FUNDAÇÃO NACIONAL DE BEM ESTAR DO MENOR

ONG- ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

OSCOPAC- OBRAS SOCIAIS DA COMUNIDADE PAROQUIAL DE COQUEIROS

PNBEM- POLÍTICA NACIONAL DE BEM ESTAR DO MENOR

SAM- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR

Para tudo há um tempo determinado, sim, há um tempo para todo assunto debaixo dos céus:

tempo para nascer e tempo para morrer;

tempo para plantar e tempo para desarraigar o que se plantou;

tempo para matar e tempo para curar;

tempo para derrocar e tempo para construir;

tempo para chorar e tempo para rir;

tempo para lamentar e tempo para saltitar;

tempo para lançar fora pedras e tempo para reunir pedras;

tempo para abraçar e tempo para manter-se longe dos abraços;

tempo para procurar e tempo para dar por perdido;

tempo para guardar e tempo para lançar fora;

tempo para rasgar e tempo para costurar;

tempo para ficar quieto e tempo para falar;

tempo para amar e tempo para odiar;

tempo para a guerra e tempo para a paz.

Que vantagem tem o realizador naquilo em que trabalha arduamente?

ECLESIASTES 3: 1-9

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1 ANÁLISE INSTITUCIONAL..... | 11 |
| 1.1 O contexto da instituição..... | 11 |
| 1.1.1 Características da instituição..... | 11 |
| 1.1.2 População usuária..... | 15 |
| 1.1.3 Dinâmica institucional..... | 18 |
| 2 O SERVIÇO SOCIAL E O ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO BRASIL..... | 21 |
| 2.1 O atendimento à infância no Brasil..... | 21 |
| 2.2 Instrumentos de trabalho do profissional de Serviço Social..... | 27 |
| 2.3 Atuação do Assistente Social na instituição de abrigo..... | 36 |
| 3 REINTEGRAÇÃO FAMILIAR: DESAFIOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ENTIDADE DE ABRIGO..... | 41 |
| 3.1 Modo de investigação..... | 41 |
| 3.1.1 Universo e amostra..... | 41 |
| 3.1.2 Coleta de dados..... | 42 |
| 3.2 Estratégias utilizadas na intervenção para reintegração da criança/adolescente na família de origem..... | 43 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| REFERÊNCIAS..... | 55 |
| ANEXO A | 58 |
| ANEXO B..... | 60 |

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como base à experiência de estágio desenvolvido nas Casas- Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, no período de agosto de 2003 a fevereiro de 2004.

O processo de trabalho do profissional de Serviço social na entidade de abrigo está relacionado com as mais diferentes demandas existentes, podendo envolver a questões de adoção, egressos, saúde, família, educacional ou de orientação profissional, sexual entre outras. Desta forma, o profissional em seu cotidiano acaba por absorver diferentes demandas que exigem maior capacitação e dedicação na elaboração de estratégias que contribuam efetivamente no fazer profissional.

No presente trabalho é abordada a relação dos desafios da prática profissional do assistente social na intervenção de reintegração da criança ou adolescente a sua família de origem.

Todo este contexto exige muito do profissional, que enfrenta desafios na própria instituição em que atua, quanto a práticas assistencialistas e de falta de recursos, além da defasagem da rede de apoio aos atendimentos às crianças e adolescentes abrigados e às suas famílias, na morosidade dos processos junto ao Juizado da Infância e Juventude, na falta de profissionais para os atendimentos em geral.

Frente a estas questões o objetivo deste trabalho é descrever e analisar os desafios da prática profissional do assistente social no processo de reintegração da criança ou adolescente abrigado à sua família de origem, visando na contribuição de uma reflexão onde o profissional afirma a sua atuação teórico- prática na elaboração de estratégias que viabiliza para efetivar seu atendimento frente aos desafios e as demandas que surgem no seu processo de trabalho.

O trabalho está distribuído em três capítulos que abordam respectivamente: o contexto da instituição frente à dinâmica institucional e a demanda atendida; as relações do Serviço Social e o atendimento à infância no Brasil na abordagem do referencial teórico do presente estudo relacionando os instrumentos de trabalho do profissional de Serviço Social e sua atuação na instituição de abrigo, e finalmente no último capítulo a metodologia de trabalho e a análise dos desafios e estratégias utilizadas na prática profissional para reintegração da criança ou adolescente a sua família de origem.

No encerramento do trabalho são apresentadas as considerações finais e sugestões em relação ao estudo, as referências bibliográficas e os anexos. Nestes estão dispostos o roteiro de entrevista, como instrumento de pesquisa utilizado na elaboração deste trabalho e alguns telefones e endereços da rede de apoio envolvida no processo de trabalho da atuação profissional do Serviço Social na entidade de abrigo.

1 ANÁLISE INSTITUCIONAL

1.1 O contexto da instituição

1.1.1 Características da instituição

As Casas- Lares Nossa Senhora Do Carmo E São João Da Cruz fazem parte dos Programas desenvolvidos pelas Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros (OSCOPAC). Situa-se às ruas Dr. Abel Capela, 585 e rua Vitor Silva, s/nº- respectivamente no bairro Coqueiros em Florianópolis em SC.

Os programas desenvolvidos pela OSCOPAC são: as Casas-Lares; a Casa de Passagem São Judas Tadeu; o Grupo de Gestantes; o Clube de Mães; o Grupo da Terceira Idade e a Pastoral da Criança.

A direção geral das Casas-Lares é exercida por um coordenador geral que é responsável pela instituição, atualmente representada por Maria Teresa Barreto Floriani, assistente social escolhida pela diretoria.

Os serviços técnicos são prestados por pessoal contratado:

- a) coordenador técnico (assistente social);
- b) educadores.

Os serviços gerais são prestados por pessoal contratado:

- a) monitores níveis I, II e III;
- b) responsável por serviços gerais.

A denominação “Casa-Lar”, surgiu em Santa Catarina, através de projeto estadual desenvolvido durante a gestão do governador Antônio Carlos Konder Reis, com o objetivo de contemplar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal 8.069 de 13.07.90) no que diz respeito às medidas de proteção, dentre elas as unidades de abrigo.

As Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz surgiram nesse novo contexto, da política de atendimento à Criança e ao Adolescente. Foram fundadas, respectivamente, em 1994 e 1996, quando já regia o Estatuto da Criança e do Adolescente. São programas que atendem crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tais como maus-tratos, negligência, exploração no trabalho infantil entre outros, estes são encaminhados pelo Juizado da Infância e da Juventude ou Conselho Tutelar.

As instalações proporcionam o máximo conforto possível, os quartos possuem, em média 4 a 5 pessoas com idades próximas, banheiros, cozinha, área de serviço, sala de tv, sala de estudo, procurando manter um clima residencial

O abrigo é uma medida de proteção estabelecida no ECA (Art. 98, 101), sendo que esta política de atendimento configurou-se através de um processo histórico que direcionou o atendimento à infância e juventude do Brasil. As instituições foram surgindo e transformando-se ao longo deste processo, caracterizando as necessidades de políticas sociais que atendessem às questões sociais relativas à infância e juventude.

Para Sposati, 2002, a política social não é só considerada como uma mediação para respostas coletivas às necessidades sociais como também uma forma de regulação tripartite entre Estado-Sociedade e Mercado. Ou seja, o conjunto de provisões de necessidades sociais do cidadão é incluído como de responsabilidade social e pública. É uma nova forma de gestão em que a sociedade torna-se um agente participativo nas decisões e implementações das políticas públicas.

A questão social explica a necessidade das políticas sociais no âmbito das relações entre as classes e o Estado, ou seja, a contradição das relações entre as classes e o Estado que

gera as desigualdades sociais, explica a necessidade das políticas sociais, que surgem para a efetivação da garantia de direitos (IAMAMOTO, 2001).

Esta precisa ser analisada, em um contexto que deve também considerar além da história, dos fatos atuais e das transformações que ocorrem na sociedade, a cultura, a economia e os direitos entre outros.

A emergência da ‘questão social’, ou seja, a pobreza vista como problema social com necessidade de algum tipo de proteção social para minorar a situação de miséria e pobreza surge com a formação do proletariado urbano-industrial e tem sua origem na Europa do século XIX, quando da ocorrência das grandes transformações sociais políticas e econômicas em função da Revolução Industrial (MOTA, 1996, p. 191).

Trabalhar a questão social significa trabalhar as mais diferentes expressões da sociedade.

A questão social latino-americana se põe no espaço e no tempo, diferentemente da realidade européia, na instituição da nacionalidade, da esfera estatal, da cidadania, da implantação do capitalismo. Em consequência, ela deverá ser entendida e datada de modo distinto [...] Seminalmente ela vai emergir com o tema indígena e, logo após, com o tema de formação nacional [...] e vai se desdobrando e se problematizando nas temáticas negra, rural, operária, da mulher [...] (WANDERLEY, 2000 APUD WANDERLEY, 2003, p.47).

De acordo com o mesmo autor, para que essas abrangentes situações se transformem efetivamente em questão social, se faz necessário que ela seja percebida e assumida por determinado segmento da sociedade “que tenta, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda política, implicando em tensões e conflitos sociais.”

É neste contexto, que surgem organizações da sociedade civil que visam trabalhar com as mais diferentes expressões da questão social, como um resultado histórico de lutas e conquistas de direitos da sociedade.

Estas organizações estão vinculadas ao chamado Terceiro Setor, que de acordo com Menegasso:

Por Terceiro Setor entende-se, aqui, a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para as suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do Mercado. Trata-se de um segmento complexo que engloba inúmeras instituições e relações que existem fora do âmbito do Estado e do Mercado. Por vezes este segmento tem sido chamado também de setor sem fins lucrativos, setor da sociedade civil, setor voluntários, setor social-econômico, setor ONG e setor de caridade (MENEGASSO, 1999, apud LAFFIN; BORBA; CRUZ, 2002, p.134).

Os principais personagens do terceiro setor são as Fundações, os Institutos, e as ONG's.

O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o privado (Mercado), responsável pelas questões individuais. Com a falência do Estado, o setor privado começou a interferir nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é constituído por organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público (MENEGASSO, 2002).

Atualmente encontram-se organizações da sociedade civil atuando nas mais diferentes expressões da questão social, seja na área da educação, da saúde, da assistência, da habitação, criança e adolescente, idoso, ou seja, nas políticas sociais em geral que atendam a garantia de direitos, a cidadania e o desenvolvimento da sociedade.

Na cena contemporânea, estas organizações agrupam três subconjuntos principais que são: as organizações do tipo beneficentes, filantrópico ou assistencial; as ONG's, criadas dentro do ideário de promoção de cidadania e democracia e as fundações e institutos doadores de recursos, dedicados ao investimento social (MENEGASSO, 2002, p.134).

Diante deste contexto observa-se que as OSCOPACs constituem uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos e de caráter assistencial e filantrópico, ou seja, uma ONG que visa a promoção humana, através dos programas que desenvolve junto a diferentes grupos

sociais. Surgiu pela iniciativa de moradoras da comunidade e são mantidas através de doações e convênios.

1.1.2 População usuária

Os abrigos atendem 26 crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos e 11 meses, em período integral. O atendimento prestado compreende atividades lúdicas e escolares, cursos profissionalizantes e educativos, refeições diárias, reforço escolar etc., além de acompanhamento médico, psicológico e do Serviço Social. Procura-se priorizar o retorno familiar e, quando este não se faz possível, a colocação em família substituta, objetivando evitar a institucionalização das crianças e adolescentes abrigados e garantir, desta forma, o direito de convivência familiar e comunitária, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

A história de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil, perpassa valores de uma sociedade em contínua transformação na adequação de seus direitos. A visão de criança e adolescente como sujeito de direitos em desenvolvimento físico e psico-social, fundamentada apenas com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, Lei n. 8.069.

A atenção à infância apresentou uma diversidade de ações. Inicia-se com a abordagem caritativo-sanitarista, com a intervenção do Estado no final da década de 20. Em 1926, é promulgado o primeiro código de Menores, oferecendo jurisprudência para o 'recolhimento' dos 'menores' às 'casas de correção'. E somente a partir dos anos 90, o correlato família-criança aparece como área de interesse de estudiosos. Ao longo dos séculos, o imaginário social consubstanciou-se na crença de que o lugar comum da criança era fora da família. A rede parental configurava-se em uma referência distante, que repassava as funções de proteção e socialização das crianças a terceiros (amas, famílias substitutas e obras assistenciais). Atualmente o princípio da continuidade familiar perpassa as sociedades como preocupação mundial que ganha força para penetrar nos marcos das instituições de abrigo, últimos vestígios de espaços totais (PICADO; RODRIGUES, 1993, p. 109).

De acordo com as mesmas autoras a institucionalização das crianças e adolescentes pelo Poder Público consagrou-se ao longo dos anos como uma das tentativas de resolver a multifacetada questão social, configurada no abandono da infância, decorrente da impotência de suas famílias.

Muitas crianças e adolescentes são educados e se desenvolvem em abrigos, privados do convívio familiar e muitas vezes sem acesso a seus direitos básicos de cidadania, consolidando o abrigo como estratégia assumida por familiares frente às demandas postas para a sobrevivência. Logo, a ausência das políticas públicas relativas às demandas das famílias pobres expõe crianças e adolescentes a situações de risco, “minimizadas” pela institucionalização.

O ECA assegura e prioriza a prerrogativa do direito à convivência familiar e social quando destaca os dispositivos sobre família natural e família substituta. A partir desta prerrogativa, determina-se que a política de atendimento dos direitos da criança e/ou adolescente imprima à medida de abrigo a natureza de provisória e excepcional como forma transitória para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (BRASIL, 1990).

Deste modo, segundo as autoras Picado e Rodrigues (1993), “A função social dos abrigos, buscando suprir as funções da unidade familiar, é recuperar e reintegrar, com práticas de controle e disciplina, uma parcela da população, visando a sua fase adulta.”

O que muito se discute é a questão do afastamento do lar da vítima e não do agressor, das punições e do atendimento e apoio tanto à vítima quanto à família desta. São muitas as questões que podem ser abordadas referentes a este tema.

De acordo com uma pesquisa realizada no mês de agosto de 2003, pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção, em Santa Catarina o número de instituições de abrigos e/ou

programas de acolhimento chega a 78 atendendo 967 crianças e adolescentes. O levantamento revela ainda os motivos que levaram as crianças e os adolescentes à institucionalização. O abandono familiar decorrente de carência econômica extrema das famílias representa 32% dos casos; maus tratos e abuso sexual 25%; divórcio, alcoolismo, doença familiar ou óbito dos pais 22% ; outros problemas 21% (CEJA, 2003).

Em Florianópolis, de acordo com o Dr. Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude, são seis abrigos que atendem 140 crianças e adolescentes. Desse total, nem 10% das crianças e adolescentes estão aptos para adoção. Segundo o juiz de Direito, para que a criança possa ser adotada é necessário um processo para retirar a guarda familiar, porém, leva aproximadamente um ano para que a retirada seja efetuada (caso a família não entre na justiça contra a decisão). No entanto, antes de partir para o afastamento da criança, tenta-se desenvolver a intervenção familiar para que não seja necessário o afastamento.

Quase a metade dos abrigados tem entre 11 e 16 anos e 11% ficam por mais de cinco anos nos abrigos. De acordo com o Dr. Francisco, as experiências têm mostrado que quando a criança atinge seis anos ou mais, torna-se quase improvável a concretização de uma adoção, restando a ela três caminhos: permanecer residindo em abrigos até que complete 18 anos; retornar ao convívio com familiares (quando ainda os tem), o que pode significar submeter-se novamente aos riscos que determinaram a sua retirada do ambiente familiar; ou aguardar pela adoção. Porém, este último caminho esbarra na questão das preferências, quando quem adota determina limitações a sua escolha como, por exemplo, cor, sexo e idade. Muitos jovens, quando chegam aos 18 anos e não têm para onde ir e continuam morando “de favor” nos abrigos.

A demanda de atendimento em abrigos é complexa, pois cada criança e cada adolescente possuem uma história diferente, que envolve sempre algum tipo de violência, negligência, entre outros. Cada situação deve ser acompanhada integralmente; não só a criança como a família e toda a rede que está em volta dela.

A criança ou adolescente como sujeito de direitos em desenvolvimento, quando abrigado, tem sua identidade e história sob a responsabilidade da instituição, que deve resgatá-la ou registrá-la, a fim de garantir um atendimento de qualidade que considere as particularidades da demanda atendida.

A falta de políticas sociais adequadas de atendimento à família faz com que se agrave cada vez mais a demanda de atendimento dos abrigos. Pois as categorias de problemas que desencadeiam as crises familiares são o desemprego, alcoolismo, toxicodependência, habitação sem infra-estrutura básica, baixos níveis educacionais, entre outros.

“São crianças e adolescentes inseridos num mundo de perdas, privações e violações de direitos, enfrentando problemas de moradia, fome, carência afetiva; de uma escolarização precarizada, tendo que, e por isso mesmo, desde muito cedo sair da esfera doméstica e “ganhar o mundo”. Entretanto estes espaços, dão acesso a algum tipo de subsídio material, oferece também violências, discriminações, contato com drogas e prostituição” (MOREIRA; VASCONCELOS, 2003, p. 175).

O abrigo tem como objetivo garantir a esta criança ou adolescente que seus direitos básicos sejam respeitados de acordo com a legislação pertinente, o ECA.

1.1.3 Dinâmica institucional

A dinâmica de funcionamento das Casas-Lares visa contribuir no desenvolvimento individual e social das crianças e adolescentes abrigados em período integral, proporcionando-lhes educação, vida social e comunitária e tentando a reaproximação dos vínculos familiares ou colocação em família substituta.

O Serviço Social desenvolve um trabalho indispensável para o funcionamento das Casas-Lares. É responsável por toda dinâmica das crianças desde contato com a escola, psicólogo, médicos, juizado, família de origem, família substituta, atendimento individualizado a cada usuário, entre outros. Há projetos específicos, como o Apadrinhamento Afetivo, Acompanhamento para os egressos e os trabalhos com grupos, buscando atender sempre os interesses das crianças e dos adolescentes baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

As ações profissionais do Serviço Social se destacam em:

- Viabilizar auxílios concretos (vale transportes, dinheiro, etc.) para que algumas famílias venham visitar seus filhos no abrigo;
- Realizar contatos com familiares dos abrigados (se tiver), mesmo quando possuem irmãos em outras instituições;
- Efetuar encaminhamentos necessários para adoção ou retorno familiar;
- Acompanhar o trabalho dos psicólogos, psicopedagogos e demais profissionais que atendem as crianças e adolescentes abrigados, realizando um trabalho interdisciplinar ;
- Participar de eventos realizados por OG's e ONG's relacionados à criança e adolescente;
- Atender acadêmicos que buscam informações sobre a dinâmica de trabalho nas Casas-Lares;
- Interagir as crianças e adolescentes abrigados sobre a dinâmica de funcionamento das Casas-Lares, apresentando as outras crianças e funcionários, sobre a escola que irá estudar e as novas atividades que realizará, como: lazer, atendimento psicológico, psicopedagógico, reforço escolar, etc.;
- Encaminhar quando necessário à criança ou adolescente abrigado ao projeto de apadrinhamento afetivo;
- Efetuar encaminhamentos necessários que surgem em relação às especificidades das crianças e adolescentes abrigados (deficiências físicas ou psicológicas, doenças, etc.);
- Efetuar contatos permanentemente com os órgãos de proteção à criança e ao adolescente;
- Preparar os adolescentes para os egressos;
- Encaminhar e preparar os adolescentes abrigados para o mercado de trabalho, através de cursos profissionalizantes e envio de currículos;
- Auxiliar na escolha da nova moradia (pensão) após o egresso do (a) adolescente;
- Auxiliar nos recursos após egresso, fornecendo um enxoval e apoio após sua saída em relação à alimentação, roupas, etc.;
- Planejar as atividades que serão realizadas semanalmente;

- Recepcionar o voluntariado e encaminhá-lo a possíveis atividades.

Para o desenvolvimento de suas ações, o assistente social utiliza as seguintes estratégias:

- Encaminhamentos;
- Entrevistas, com familiares, funcionários e ou crianças e adolescentes abrigados;
- Visitas domiciliares;
- Organização de paradas pedagógicas, semanalmente, com os funcionários das Casas-Lares para interagi-los quanto à suas funções em relação às crianças e adolescentes abrigados, informando e discutindo sobre diversas temáticas nesta área;
- Realização de reuniões com os funcionários para discussão sobre a dinâmica de funcionamento das Casas-Lares;
- Participação em grupos operativos em três faixas etárias: crianças, pré-adolescentes e adolescentes;

A aplicabilidade do instrumental será discutida no capítulo seguinte.

Procura-se priorizar o retorno familiar e, quando este não se faz possível, a colocação em família substituta, objetivando evitar a institucionalização das crianças e adolescentes abrigados e garantir, desta forma, o direito de convivência familiar e comunitária, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Assim, a proposta pedagógica das Casas-Lares fundamenta-se numa concepção de criança ou adolescente cidadão em processo de desenvolvimento.

2 O SERVIÇO SOCIAL E O ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO BRASIL

2.1 O atendimento à infância no Brasil

O atendimento à infância no Brasil configurou-se ao longo dos anos em diferentes períodos, faz-se necessário então, um breve histórico a fim de subsidiar este trabalho, que consiste na atuação do profissional de Serviço Social na reintegração da criança ou adolescente abrigado à sua família de origem. Destacar como aconteceu este processo evidencia as questões que são trabalhadas atualmente no que diz respeito à garantia de direitos da criança ou adolescente no Brasil, que teve uma trajetória marcada por conquistas e derrotas e que está em constante transformação, social e cultural, nas mais diversas expressões da sociedade.

O Brasil, assim como a Europa, passou por três fases de assistência à infância desamparada. Cabe porém, observar que a dominância de um modelo de proteção em determinado período histórico não significa a eliminação total dos elementos dos modelos anteriormente dominantes. Há, portanto, uma convivência entre modelos, apesar da dominância de um deles em cada período histórico (SANTOS, 2000, p. 79).

De acordo com a mesma autora estas três fases denominadas: assistência caritativa ou período filantrópico; filantropia científica ou filantrópico-higienista e a fase assistencial, são respectivamente antecedentes ao período que substitui o enfoque correccional-repressivo pelo assistencialista e começam a surgir as instituições de internação como modelo de atendimento; e mais tarde, uma nova fase que foca a desinstitucionalização e que se destaca com o ECA.

O período filantrópico, de 1500 a 1874, a partir do descobrimento, teve como características principais a benemerência privada (à utilização da roda dos expostos e casas de misericórdia), a supremacia do juiz nas decisões em relação aos “menores delinquentes” e

quase completa ausência do Estado no que se referia a questão criança e adolescente, ao Estado cabia a função de contenção e repressão da criminalidade, entre outros (SANTOS, 2000).

O período filantrópico-higienista, de 1874 a 1923, caracterizou-se com a supremacia do médico em relação ao juiz, “nas decisões”. Foi um período marcado pelo alto índice de mortalidade infantil, neste, as mães, permitiam o aleitamento pelas amas-de-leite, mesmo sendo o pobre visto como transmissor de doenças. Também, neste mesmo período surgiu o código penal republicano de 1880, a criação de instituições como o asilo de meninos desvalidos em 1875 e em 1923 há a aprovação do projeto de criação do juízo de “menores”. Neste período a infância pobre ou abandonada começou a preocupar a elite, instaurou-se então o problema do “menor” que deveria ser objeto de medidas preventivas ou corretivas (SANTOS,2000).

No período assistencial, de 1924 a 1964, é criado o primeiro juizado de “menores”, mas com prolongação do código de “menores” de 1927 voltada para o direito penal menorista; há também a criação do departamento nacional da criança em 1940; e do código de 1979, caracterizando como situação irregular à condição do “menor carente e infrator”. Em 1942 surgiu também o SAM- Serviço de Assistência ao Menor, iniciando o período do surgimento de instituições de atendimento ao “menor”, que se objetivava a disciplinar e educar o “menor” infrator. Houve então o reconhecimento da necessidade da participação do Estado nos destinos de vida dos “menores”, porém esta intervenção fundamentava-se em nome do controle e da defesa social. È neste período que as casas (rodas) dos expostos são desativadas (SANTOS,2000).

No período Institucional, de 1964 a 1990, durante o regime militar, a intervenção pública sobre os “menores” em situação irregular deu-se através de uma política nacional articulada na institucionalização, com o surgimento das instituições PNBEM (Política Nacional de Bem Estar do Menor), FNBEM (Fundação Nacional de Bem Estar do Menor) e as FEBEM’s (Fundações Estaduais de Bem Estar). Estas instituições tinham seu atendimento direcionado ao estilo do regime militar, estas visavam ter locais para atender o “menor” infrator com o fim de reeducar e controlar através da institucionalização (SANTOS,2000).

No período Desistintucional, após 1990, com a Constituição Federal de 1988, surgindo um período democrático, e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que visa a proteção integral à criança e ao adolescente, modificando as nomenclaturas “menor”, “delinqüente”, que estigmatizaram esta demanda por séculos, para serem vistos como pessoas humanas em desenvolvimento social e psíquico, passando a responsabilidade não só para o Estado, mas para a sociedade e a família. Os Conselhos Tutelares, Conselho de Direitos, o Juizado da Infância e da Juventude, surgiram também neste período com o objetivo de garantir os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (SANTOS,2000).

Atualmente o Estatuto da Criança e do Adolescente representa um marco na história de atendimento à infância no Brasil, considerando que este é um processo em constante transformação que envolve os valores e os sujeitos sociais em sua totalidade na sociedade.

Após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, está sendo construída a hegemonia de outro paradigma de política para a criança e o adolescente: o da proteção integral, em que a criança é considerada sujeito de direitos. Assim, a articulação de estratégias vai enfrentar os poderes do juiz e das organizações, do Conselho de Diretos e do Conselho Tutelar, onde se definem trajetórias de emancipação em confronto com estratégias de tutela. Há um espaço, um campo de possibilidades para se construir uma outra articulação. Esta perspectiva estratégica se funda na

cidadania e no controle social, e as estratégias de intervenção são construídas num processo de confronto de estratégias, pois o processo proposto pelo ECA ainda não está consolidado. O Assistente Social articula seu poder de intervenção combinando, assim, o contexto das políticas com as particularidades desta trajetória (FALEIROS, 1997, p. 92, 93).

Embora o ECA não esteja amplamente consolidado, faz-se um importante instrumento na intervenção do profissional de Serviço Social, e subsidia os encaminhamentos necessários às demandas que surgem, principalmente em relação à criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade social. O ECA prevê que as medidas de proteção à criança e ao adolescente, de acordo com o Art. 98 são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão de sua conduta (BRASIL, 1990).

As medidas de proteção são segundo o Estatuto da criança e do adolescente são:

Art. 101 - Verificada qualquer das hipóteses previstas no Art. 98, a autoridade competente poderá determinar, entre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial, de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;

VIII - colocação em família substituta.

Parágrafo Único - O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (BRASIL, 1990).

Os abrigos atualmente atendem de forma a garantir a convivência da criança ou adolescente num ambiente mais próximo possível de uma família. Atendendo geralmente pequenos grupos, eliminando o estigma do chamado depósito de crianças e adolescentes, como nos antigos orfanatos. Porém, mesmo como medida provisória e excepcional, sabemos que a realidade social em que, estas crianças ou adolescentes que são encaminhadas aos abrigos, estão inseridos, privam e dificultam o trabalho do profissional de Serviço Social na reintegração desta criança ou adolescente em sua família de origem. Muitas vezes a condição de vulnerabilidade social em que estão inseridos está relacionada a questões econômicas e sociais, no que diz respeito à privação de direitos básicos que não são garantidos, como habitação, alimentação, emprego entre outros.

Em relação à política de atendimento das instituições de abrigo, o ECA prevê:

Art. 92 - As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

I - preservação dos vínculos familiares;

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - não-desmembramento de grupos de irmãos;

VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII - participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo,

Parágrafo Único - O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito. (BRASIL, 1990):

O projeto profissional do assistente social no abrigo, envolve variadas questões na complexidade do atendimento, pois cada caso mostra uma característica própria, podendo envolver questões de abandono, abuso sexual, óbito dos pais, doença familiar, separação dos pais, alcoolismo dos pais, carência econômica, negligência entre outros.

No Art. 23 do ECA (BRASIL,1990), a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. Mas o que se percebe é que a falta ou a carência de recursos materiais tem grande relevância no que caracteriza a condição de vulnerabilidade social que a criança ou adolescente se encontra, por exemplo: negligência relativa à saúde por falta de orientação levando a desnutrição da criança ou do adolescente, ou até mesmo condições precárias de sobrevivência nas moradias em locais de risco de desabamento etc.

O Parágrafo Único do Art. 23 do ECA (BRASIL, 1990), estabelece que “não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.”

Essas questões podem não levar a perda do poder familiar, mas acabam atrasando o retorno da criança ou do adolescente em sua família de origem, daí a importância de uma rede de atendimento voltada tanto para a criança e adolescente mas também para sua família.

De acordo com o Art. 25 do ECA (BRASIL, 1990), “entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. No Art. 19 “que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”. E no Art. 22 – “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.”

É neste ambiente que o profissional de Serviço Social articula com as redes de atendimento à infância e juventude, ou seja, as políticas sociais combinando suas estratégias e ações para garantir o que está pré-estabelecido no ECA.

2.2 Instrumentos de trabalho do profissional de Serviço Social

A questão social, ou as expressões desta como objeto de trabalho do profissional de Serviço Social, exige ações que efetivem resposta para um contexto social transformador, influenciado por questões sócio-econômicas e culturais. O profissional de Serviço Social se relaciona com as mais diferentes profissões no âmbito das questões sociais. Assim, mostra-se como uma profissão dinâmica, capaz de desenvolver suas ações em conjunto com outros profissionais, da mesma área ou de outras. Para tanto, utiliza instrumentos que contribuem com sua ação profissional (IAMAMOTO, 2001).

Tem-se uma visão dos instrumentos de trabalho como um ‘arsenal de técnicas’ : entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamento etc. A noção estrita de instrumento como mero conjunto de técnicas se amplia para abranger o conhecimento como um meio de trabalho, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho. As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da

realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado (IAMAMOTO, 2001,p. 62).

A profissão de Assistente Social baseada em fundamentos históricos, teóricos e metodológicos, ou seja, é uma profissão socialmente determinada na história da sociedade, que trabalha com políticas sociais, consequência da questão social que explica a necessidade destas(IAMAMOTO, 2001).

No caminho da experiência prática da profissão, considerando o objeto do Serviço Social a questão social e as suas múltiplas determinações na sociedade, entende-se ser impossível listar todas as demandas que compõem matéria da profissão. Assim, cabe ao profissional identificar os objetos, elaborar sua proposta de intervenção, fundamentando sua prática cientificamente. As atividades, quando desenvolvidas por este profissional, “devem nortear-se por um projeto de intervenção, embasado teórico/metodologicamente, com fundamentação ético-política e operacionalizada com instrumentos técnico-operativos” (COFI/CRESS/2002).

O profissional de Serviço Social em sua intervenção, utiliza instrumentos para efetivar a sua prática profissional, no sentido de conhecer os sujeitos sociais, realizar análises e intervir em situações sociais(MIOTO, 2001).

Segundo Mito (2001), o termo Instrumento no Serviço Social tende a ser utilizado a partir de dois contextos: na discussão da categoria instrumento enquanto elemento constitutivo do processo de trabalho do Serviço Social e a discussão da categoria instrumentos como o conjunto de recursos/meios que permitem a operacionalização da ação profissional ou, como meios de acesso e/ou de abordagem dos sujeitos sociais. O primeiro pressupõe todo o tipo de recurso necessário ao trabalho do assistente social. Neste contexto se inclui e se articula as

dimensões teórica/política/técnica. Em outras palavras envolve as construções teórico-metodológicas do Serviço Social, as teorias que subsidiam a intervenção nas diferentes áreas (ex: planejamento, assistência, saúde, empresa, etc.), diretrizes de políticas e programas sociais, código de ética, declarações de direitos, legislações etc.

De acordo com a mesma autora, os instrumentos básicos utilizados pelo assistente social são a entrevista, a observação, a reunião/grupo e a documentação enquanto acesso/abordagem dos sujeitos sociais e enquanto produto decorrente da utilização do próprio instrumento. Como documentos têm-se relatórios, levantamentos, quadros, entre outros.

Os instrumentos são utilizados de acordo com os objetivos do profissional em sua intervenção, ou seja, de acordo com as exigências do trabalho, da organização que está situado, e com o arcabouço teórico, ético/político, do profissional (MIOTO, 2001).

O profissional de Serviço Social que trabalha em uma organização do terceiro setor, ou até mesmo uma instituição pública ou privada, enfrenta desafios que estão relacionados à própria história da profissão, como o assistencialismo, e o atendimento que presta questões emergenciais. A característica geralmente filantrópica das instituições do terceiro setor faz com que ainda apresentem ligações religiosas e paternalistas, visando apenas à proteção e não a promoção do indivíduo (GUERRA, 1999).

O desafio em que se encontra o profissional de Serviço Social na efetivação real do seu projeto profissional, concretiza-se a partir do enfrentamento de obstáculos nos espaços em que atua.

Desta forma este profissional deve constantemente atualizar-se, conhecendo e implementando efetivamente seu código de ética e atribuições da profissão, além de ser um

profissional que saiba atuar conjuntamente com outros profissionais (psicólogos, médicos, psicopedagogos, entre outros) para que possa enfrentar os desafios que defrontar.

[...] atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminente 'educativa', 'organizativa', nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação dos serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente (IAMAMOTO, 1992, apud SARMENTO, 2002, p.117).

Assim a profissão se define a partir da atuação de suas ações nas diferentes organizações em que está situado, enfrentando traços ideológicos e construindo meios para a concretização da garantia de direitos dos cidadãos.

São várias as relações de trabalho em que o Serviço Social pode estar envolvido em sua prática profissional. É um profissional dinâmico que se relaciona com os mais diferentes atores sociais, tanto com profissionais de outras áreas ou com os usuários que fazem parte de sua dinâmica profissional.

Ainda, vale destacar algumas considerações de Yolanda Guerra (1999) sobre os instrumentos e técnicas da profissão:

As metodologias e o instrumental técnico-político, enquanto elementos fundamentalmente necessários à objetivação das ações profissionais, compositores do projeto profissional. Este se coloca, inicialmente, a partir de necessidades a serem satisfeitas para as quais os agentes estabelecem finalidades, definem os meios mais adequados, determinam o modo de operar. Deste modo, os agentes profissionais, enquanto desenvolvem uma atividade, não são apenas técnicos como também críticos, já que o domínio do instrumental requisita-lhe um conhecimento das finalidades e das formas de alcança-las, e estas não se encerram na razão de ser do Serviço Social. Antes, incorporam a razão de conhecer a profissão, suas condições e possibilidades (GUERRA, 1999, p.169).

Ou seja, a importância do conhecimento técnico-profissional, das leis, código de ética da profissão, de suas atribuições, das redes de apoio, entre outros, são fundamentais para o exercício de sua prática. Desta forma, a partir do conhecimento, o profissional deve fazer uma análise teórico-prática para uma efetiva instrumentalização para o seu projeto profissional.

É extremamente importante elucidarmos que os instrumentais de trabalho não podem ser considerados em si mesmos, como propriedade de uma determinada corrente teórica. No entanto, a partir da escolha teórico-metodológica, os instrumentais terão um lugar na prática profissional, podendo ser entendidos como um fim em si mesmos, ou como um processo de trabalho, utilizado para viabilizar a prática iluminada por um referencial crítico (SILVA,1995, p. 53).

A qualidade da ação profissional irá depender da escolha e utilização destes instrumentos que vão direcionar o projeto profissional. Para tanto se procurou destacar alguns instrumentos que de acordo com as especificidades de cada situação, o profissional de Serviço Social pode utilizar.

A entrevista é um dos instrumentais da profissão do Serviço Social que se baseia no diálogo, na reflexão e na ação para a construção do diagnóstico, devendo promover um ato de capacitação para ampliação da condição do sujeito. É através da entrevista que o Assistente Social busca conhecer como os sujeitos sociais vivenciam as múltiplas expressões da questão social (BECKER,1999).

Segundo Gil (1999), pode-se definir entrevista como “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação.”

Nogueira (1975) afirma também que a entrevista é uma conversa orientada para um objetivo definido. É uma situação social em que o entrevistador e o entrevistado interagem,

não só através das palavras, mas também pela inflexão da voz, gestos, expressão fisionômica, modo de olhar, aparência e comportamento.

Sendo assim, este instrumento tem como objetivos: obter informações, de compreender o contexto do sujeito, verificar sentimentos e anseios, descobrir planos de ação, identificar padrões éticos do que deveria ou deverá ser feito e do que é possível fazer, identificar indicadores que podem influenciar opiniões, sentimentos e condutas e capacitar para a tomada de decisões.

Através da entrevista o assistente social identifica quem é o usuário, onde está, o que deseja, para onde pretende ir, para aonde pode ir e para onde deve ir. Ou seja, quais os limites e possibilidades do contexto psico social do usuário. São dois os tipos de entrevistas: estruturada e não estruturada. A entrevista estruturada segue roteiro previamente estabelecido, com perguntas fechadas; a entrevista não estruturada proporciona liberdade de escolha e condução do assunto com perguntas abertas (Silva, 1995).

Para Silva (1995), a entrevista não estruturada pode ser considerada a mais adequada para um processo de trabalho que coloque como de fundamental importância a comunicação através do diálogo, da escuta do que o outro tenha a falar.

Como afirma Kisnerman, 1978, apud Silva, 1995, a entrevista não estruturada: “...permite qualificar dados com o entrevistado (...), capacitar, avaliar, orientar, informar, reforçar a auto estima e gerar participação (...). O entrevistador perscruta motivos, razões, conversa esclarecendo situações com o entrevistado, mas sem uma estrutura formalizada.”

Geralmente nas entrevistas de Serviço Social, faz-se necessária a coleta de dados objetivos para traçar o perfil sócio-econômico da clientela, mas a ação

direta, nem sempre é prudente, mesmo quando se necessita colher muitas informações; pode ser mais fácil estimular a pessoa a falar livremente sobre seus problemas, do que lhe impor uma direção indevida (GARRET, 1974, APUD SILVA, 1995.p. 57).

Para Silva (1995), esse tipo de entrevista onde se processa a coleta de dados, denomina-se semi-estruturada, onde o diálogo possui importância fundamental, no entanto há associação a este, a necessidade de buscar informações sócio-econômicas dos usuários como, moradia, emprego, entre outros. Este tipo de entrevista caracterizou-se por ser mais utilizada em rotinas institucionais.

Nas rotinas institucionais a utilização da entrevista tem fundamental importância para o conhecimento da demanda e das necessidades dos usuários, pois é através da entrevista que o profissional pode identificar e decidir qual encaminhamento necessário à determinada situação.

Na entrevista com o profissional de Serviço Social, através do sigilo profissional, o usuário tem garantido a sua privacidade para que tenha liberdade de colocar-se.

O Código de Ética Profissional do assistente social, normatiza a questão do sigilo profissional no capítulo V, afirmando no artigo 16: “O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (CFESS, 1993:18).

Além do sigilo profissional, o local da realização da entrevista também deve proporcionar privacidade ao entrevistado, com o fim de evitar interferências externas.

Outro instrumental do profissional de Serviço Social destacado é a observação. Ela pode ser utilizada em toda dinâmica profissional do Assistente social, num processo constante

onde está a demanda ou realidade a ser observada (SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH, COOK, 1967).

O campo específico da ciência é a realidade empírica. Ela tem em mira os fenômenos que se podem ver, sentir, tocar etc. Daí a importância que tem a observação. Devemos considerá-la como ponto de partida para todo o estudo científico e meio para verificar e validar os conhecimentos adquiridos. Não se pode, portanto, falar em ciência sem fazer referência à observação (RUDIO, 1980, p.32).

A observação como instrumental da prática profissional do Assistente Social auxilia na percepção e diagnóstico da realidade, onde os sujeitos sociais muitas vezes não descrevem a real situação em que estão inseridos, seja econômica ou social, seja o usuário adulto ou criança e adolescente. Os sentimentos que podem camuflar uma situação podem ser vários, desde medo, insegurança entre outros. Por isso a observação, como ponto de partida para a análise de uma situação deve ser constante e privada de valores pessoais para não interferir no processo de construção da realidade a ser diagnosticada (NOGUEIRA, 1975).

Não somente o conhecimento do mundo físico mas também o do mundo social começa com a observação e dela depende. Assim, os membros de um grupo, de uma multidão, de uma classe social, de uma comunidade rural ou urbana podem ser vistos e ouvidos. Tipos de comportamentos como os que se classificam nas categorias de ‘crime’ e ‘agressão’ são percebidos pelos sentidos. Mesmo conceitos abstratos como o de ‘crueldade’, em cada caso concreto tem de corresponder a uma expressão que se produz pela fala ou por ações que atuam sobre os sentidos (NOGUEIRA, 1975, p.83).

A observação pode ser assistemática e sistemática. A primeira, também chamada de observação espontânea, não é controlada nem orientada: é esporádica e casual. Já a observação sistemática pressupõe uma delimitação precisa no campo da investigação, tanto no tempo como no espaço. Tem objetivo definido, o caráter científico, e deve ser planejada e complementada com questionários e formulários. No Serviço Social, a observação sistemática é um meio utilizado para a obtenção de dados (BECKER, 1999).

Também se pode destacar a observação participante e não-participante. Na observação participante se pode registrar o comportamento “natural” do grupo ou do indivíduo inserido neste. Já na observação não-participante como relata Goode (1979) , o observador é um estranho, e assim menos envolvido emocionalmente com a situação social. Os membros verdadeiros podem deste modo se sentir relativamente livres para falar sobre tensões e assuntos delicados que não discutiriam com seus íntimos. O pesquisador é também um ouvinte. Demais, é um aluno decidido a aprender mostrando que acredita que a comunidade ou grupo são importantes.

A observação e a entrevista também estão presentes na dinâmica do profissional de Serviço Social quando este realiza uma visita domiciliar. A visita domiciliar possibilita avaliar e ampliar a percepção sobre uma determinada situação, para a realização de encaminhamentos mais adequados.

A visita domiciliar é um instrumento que potencializa as possibilidades de conhecimento da realidade (conhecendo com o cliente as suas dificuldades e não o que já sabemos como o fato de ser pobre, os conflitos, drogas etc.) (SARMENTO, 1996, p.80).

Todos estes instrumentais até agora descritos, entre outros, são utilizados para o conhecimento de uma determinada realidade, sendo fundamental registrar as ações profissionais para uma análise posterior da situação em sua totalidade. Esses registros podem ser feitos através de relatórios, diário de observações, análise de documentos, prontuários, entre outros, relacionado à situação observada.

Os instrumentos utilizados pelo profissional de Serviço Social, são criados e recriados de acordo com o objetivo de cada situação e depende do profissional a escolha e aplicação

deste instrumento de forma efetiva na ação profissional, baseado no seu referencial teórico-metodológico e capacidade crítica.

2.3 Atuação do Assistente Social na instituição de abrigo

Para caracterizar a atuação do profissional de Serviço Social na instituição de abrigo, faz-se necessária uma contextualização de como suas ações seriam efetivadas. De como este profissional utilizará seu instrumental e conhecimento teórico-prático para a contribuição na solução das demandas que surgem no abrigo, desde as relações com as crianças ou adolescentes abrigados, com suas famílias, com a equipe técnica e os outros profissionais que ali trabalham e também com a comunidade.

A política de atendimento à infância e juventude, abrigo, também envolve várias outras instituições que dão subsídio às problemáticas que o profissional de Serviço Social enfrenta. Pode-se destacar: O Juizado da Infância e Juventude que tem suas competências relacionadas nos artigos 148 e 149 do ECA e Os Conselhos Tutelares que tem suas atribuições relacionadas nos artigos 136 e 137 do ECA. O abrigo também tem o apoio de várias outras instituições, privadas, públicas ou não governamentais, através dos profissionais que atuam nestas instituições e também com a comunidade que presta serviços voluntários. Estes serviços são voltados para a contribuição da instituição e de seus usuários, que têm acesso a variados tipos

- de serviços na orientação de suas problemáticas. Estes podem estar relacionados à orientação e apoio sócio familiar, assistência médica, assistência psicossocial, assistência jurídica, entre outros.

Na instituição de abrigo, a qualidade da intervenção profissional, segundo Santos (2000), requer dos profissionais envolvidos: sensibilidade, preparação teórica, compromisso ético e clareza quanto à direção assumida no desempenho do seu saber/poder profissional, já

que este profissional vai ser responsável por influenciar, através da aplicação de sua prática, o destino de crianças/adolescentes “abandonados e institucionalizados”.

A instituição de abrigo é uma medida de proteção do ECA que atende a criança ou adolescente em situação de risco social, sendo então a intervenção do profissional de Serviço Social voltada para estes usuários. Não há como intervir na questão criança/adolescente sem pensar no contexto em que está inserido. A família e a sociedade estão conjuntamente relacionadas às situações que levam a criança/adolescente à instituição. O profissional de Serviço Social do abrigo vai intervir nestas relações de forma a efetivar um trabalho de qualidade, contando com as redes de apoio e redefinindo suas ações cotidianamente.

Quanto aos processos de atenção à família nos espaços institucionais é necessário dizer inicialmente que, em sua maioria, estão organizados para trabalhar na perspectiva do usuário-problema. Ou seja, o usuário privilegiado é a criança, o adolescente, a mulher, o idoso dentro de situações específicas, tais como a doença, a delinquência, o abandono, os maus-tratos. Dessa organização institucional deriva um modelo assistencial cuja preocupação central é a resolução dos problemas de seu usuário. Este modelo, embora cada vez mais sofisticado em termos de recursos disponíveis para a intervenção (tanto técnicos, como profissionais), tem uma leitura limitada das demandas que lhe são colocadas (MIOTO, 1997, p.123).

Se o profissional tiver um olhar limitado das demandas, a qualidade de sua atuação fica comprometida, no sentido de não perceber que não é apenas o usuário que necessita de atenção, mas sim a família como um todo, que percorre todas as possíveis redes de atendimento que tem conhecimento sem nenhuma orientação profissional.

Uma família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança. É também uma pequena sociedade humana, cujos membros têm contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada (MINUCHIN, 1999, p. 22).

De acordo com a mesma autora, ao treinar os profissionais das instituições para estabelecer um relacionamento interativo com as famílias, enfatiza-se quatro áreas: coleta de

informações, redefinição das suposições familiares, exploração de padrões de interação alternativos e manejo de conflito.

O processo de coleta de informações começa no primeiro contato, seja através da observação participante ou não, ou através da entrevista com a família/usuário. As informações neste processo são coletadas a partir do ouvir, observar e da demonstração do profissional no entendimento da perspectiva da família. Associado ao mapeamento da estrutura familiar. Ouvindo e observando o profissional capta informações obscurecidas que não são introduzidas na narrativa e ao registrar estas informações através do mapeamento, vai relacionar graficamente o escopo familiar, as conexões, as funções e os relacionamentos (MINUCHIN, 1999).

Cabe ao profissional, auxiliar a família na redefinição das suposições familiares, ou seja, ajuda-los a redefinir as suposições sobre si próprios. Nesta intervenção, segundo Minuchin (1999), o profissional deve oferecer novas opções; pontuando e selecionando as informações emergentes e direcionando para as transações.

A atuação do profissional de Serviço Social junto às famílias das crianças e adolescentes abrigadas, é de fundamental importância, pois quando estas chegam ao abrigo, seu ambiente familiar estará sendo substituído pela instituição, que mesmo tentando se aproximar de um ambiente familiar, há a incerteza da situação futura da criança ou adolescente encaminhado. Sua situação dependerá do acompanhamento e intervenção da equipe profissional e do processo judicial, que podem demorar muito tempo caracterizando a institucionalização dos abrigados que deveria ser provisório. A família da criança ou adolescente abrigado não perde o poder familiar antes deste processo, sendo que a criança ou adolescente pode ficar por muito tempo na instituição sem a possibilidade de ser encaminhado a uma família substituta.

O abrigo como medida provisória e excepcional, prioriza o retorno da criança/adolescente à família de origem e somente quando este não se faz possível à colocação em família substituta. A perda ou suspensão do poder familiar será decretada judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22 do ECA (BRASIL, 1990).

O Código Civil de 1916 estabelecia que, enquanto menores de idade, os filhos estavam sujeitos ao pátrio poder, que era exercido pelo marido com a colaboração da mulher. O novo código transformou o pátrio poder em poder familiar, que deve ser exercido pelo pai e pela mãe em conjunto (art. 1.631). Além disso, na mesma linha do que já prescrevia o ECA, foram previstas situações em que o pai ou a mãe, por ato judicial, pode perder o poder familiar: castigar imoderadamente o filho; deixa-lo em abandono; praticar atos contrários à moral e aos bons costumes; reiteradamente abusar da autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos.

Para atender a criança ou adolescente abrigado, o profissional de Serviço Social segundo Weber (1999) deve ter como base uma multidisciplinaridade de ações. Primeiro resgatar os processos (documentos) de cada criança/adolescente com o objetivo de desistitucionalização, que pode se dar através da reintegração à família de origem, da colocação em Casas-Lares ou da adoção. Segundo, esclarecer para a criança/adolescente a história de origem que o levou a permanecer institucionalizado e também tem o direito de saber se ocorreu um abandono e se a sua família (nuclear ou extensa) pode ser localizada ou não. Em terceiro, clarificar para a criança/adolescente institucionalizado a sua real situação jurídica, ou seja, se os seus pais foram ou não destituídos do poder familiar e se, conseqüentemente vai ser colocado (a) para adoção.

A instituição também deve conscientizar a criança/adolescente sobre as possibilidades de viver em uma família, em relação a realidade atual brasileira e verificar se conhece os seus direitos fundamentais e se aceita uma adoção internacional. E, ainda, proporcionar um trabalho de grupo de apoio psicológico que possa constituir um espaço para trabalhar suas questões pessoais, expectativas, fantasias, desejos, perspectivas futuras, idealização de família, conscientização e elaboração de sua história prévia e de seu momento atual (WEBER, 1999, p. 428).

Segundo Picado; Rodrigues (1993), em relação à cultura da institucionalização destacam-se alguns indicativos para a continuidade da convivência familiar, como a necessidade de se formar uma rede articulada de serviços que possibilite a descentralização e democratização dos projetos, recursos e informações; a criação de política de atendimento às famílias de modo a favorecer uma reflexão crítica sobre a prática da institucionalização e gerenciamento das verbas públicas; o investimento na capacitação dos jovens preparando-os para a autonomia, sobretudo daqueles privados de referência afetivo-familiar; o investimento na abordagem interdisciplinar da infância; a parceria entre as equipes técnicas (abrigos, Conselhos Tutelares e Judiciário), visando uma prática complementar articulada; e finalmente a aproximação das equipes técnicas com Universidades, visando capacitação e pesquisa.

O profissional de Serviço Social tem um importante papel na efetivação destas articulações, pois ao se relacionar constantemente com a rede de atendimento à infância e juventude, possibilitará análise, avaliação e intervenção no sentido de propor, utilizando seu instrumental teórico-prático na colaboração de uma sociedade que preserve a criança no seio de sua família. Assim descaracterizar a prática do abandono e da institucionalização, fazendo do abrigo o que realmente estabelece o ECA, como medida provisória e excepcional.

3 REINTEGRAÇÃO FAMILIAR: DESAFIOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ENTIDADE DE ABRIGO

3.1 Modo de investigação

A abordagem metodológica desta pesquisa foi de natureza qualitativa com o objetivo de apreender a complexidade referida pela temática através da análise dos fatos, priorizando a qualidade das informações. De acordo com SILVA e MENEZES, (2001), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, onde o pesquisador é o instrumento –chave e o ambiente natural à fonte direta para a coleta de informações.

Esta pesquisa de natureza teórico-empírica e exploratória também envolveu levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas relacionadas à temática apresentada, análise de exemplos que estimulem a compreensão, assumindo a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (SILVA, MENEZES, 2001).

3.1.1 Universo e amostra

A amostragem tem por objeto o estudo das relações existentes entre uma população e as amostras dela extraídas, com o objetivo de determinar as características de um grupo de indivíduos, objetos ou acontecimentos, tais como nível sócio-econômico etc. O conjunto desses indivíduos é definido como população ou universo. Em vez de pesquisar todo o universo, examina-se apenas uma pequena parte chamada amostra (FILHO, 1980).

Foram entrevistadas a coordenadora e a assistente social da entidade de abrigo, duas psicólogas, uma que atende as crianças e adolescentes abrigados através de um programa da prefeitura e a outra que atende através de uma entidade não governamental, também foi entrevistada uma conselheira tutelar que acompanha o processo de

reintegração à família de origem das crianças e adolescentes abrigados nas Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz entre outras.

Todas as pessoas selecionadas para a entrevista, inseridas no processo de reintegração da criança ou adolescente a sua família de origem, relacionado à entidade de abrigo Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, responderam a esta , de forma que estes profissionais são identificados apenas pela sua área de atuação e iniciais dos nomes com a finalidade de preservá-los e deixá-los mais a vontade no decorrer da entrevista.

3.1.2 Coleta de dados

Para a coleta de dados qualitativos foram efetuadas entrevistas com os profissionais que atuam diretamente no processo de reintegração familiar das crianças e adolescentes abrigado nas Casas- Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz.

Foi escolhida a entrevista semi-estruturada com o objetivo de proporcionar liberdade de escolha e condução do assunto com perguntas abertas, mesmo a entrevista tendo roteiro pré-estabelecido. Para Silva (1995), neste tipo de entrevista o diálogo possui importância fundamental.

As entrevistas foram respondidas anonimamente, e na análise os entrevistados são identificados apenas de acordo com a profissão e iniciais. As perguntas apresentadas constam em anexo.

As entrevistas foram realizadas no período de 09 a 14 de junho de 2004 e contou com a colaboração e disposição dos entrevistados.

Também foi utilizado como coleta de dados a observação e acompanhamento da prática profissional do assistente social na entidade de abrigo Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz durante o período de estágio realizado de agosto de 2003 a fevereiro de

2004. “Assim a observação contribuiu na coleta de dados, na amplitude e espontaneidade dos dados e a inserção do pesquisador na realidade estudada” (NOGUEIRA, 1975).

3.2 Estratégias utilizadas na intervenção para reintegração da criança/adolescente na família de origem

As estratégias utilizadas na intervenção profissional do assistente social para a reintegração da criança ou adolescente à família de origem pressupõem alternativas que envolvem alguns setores da sociedade, como o Juizado da Infância e Juventude, o Conselho Tutelar, a comunidade, programas específicos de atendimento da prefeitura e o envolvimento de outros profissionais, como os psicólogos que na maioria das vezes subsidia este tipo de intervenção.

Conhecer o processo de intervenção é de fundamental importância tanto para os profissionais envolvidos quanto para o usuário. A avaliação constante do processo de reintegração familiar contribui para o fortalecimento da família abordada, prevenindo que a criança ou adolescente seja revitimizado, verificando as reais possibilidades de reintegração familiar, através do estudo social.

A assistente social M. G. S. O., acredita que o processo de reintegração familiar no abrigo é de fundamental importância, pois a instituição Casa-Lar tem seus princípios baseados no ECA.

Com o surgimento do ECA, em 1990, houve a redefinição da garantia de direitos das crianças e adolescentes, sendo absoluta prioridade, a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado (BRASIL, 1990).

Segundo a assistente social M.G.S.O., atualmente, o usuário que chega a instituição, vem decorrente da situação de vulnerabilidade social em que se encontra. Assim, contando com as redes de apoio, o Conselho Tutelar, os Programas de Atendimento da prefeitura, entre outros, torna mais fácil o trabalho de reintegração familiar, no sentido

de trabalhar com a criança desde cedo, direcionando o foco do atendimento, que podem ser decorrentes de diferentes problemas sociais, como trabalho infantil, pedofilia, família com relacionamentos incestos, abuso sexual, entre outros, resolvendo as questões articuladamente, trabalhando junto às crises familiares.

A Conselheira Tutelar K. R. considera importante o trabalho de reintegração para o investimento familiar, para o fortalecimento do vínculo afetivo, “pois a família é a principal produtora da formação da identidade/personalidade da criança.” Nos casos em que o vínculo afetivo é existente, a família pode e deve ser inserida em programas de acompanhamento e orientação familiar. De acordo com Vicente (2002), o vínculo afetivo é vital para a criança, nestes termos a lei federal nº8069/90 vem dispor sobre a importância da criança e do adolescente conviver com sua família e dar suporte à família para prover os direitos dos seus filhos. “Portanto, devemos pensar em abrigo nos casos realmente excepcionais e ainda quando aplicada essa medida deve ser provisória/temporária.”

Quando se trabalha a família como um todo, a possibilidade de sucesso na reintegração familiar é maior, pois a criança ou adolescente que estejam abrigados em uma instituição, por mais que esta se aproxime de um lar, não contempla uma relação familiar e um vínculo afetivo certo e contínuo para estes.

É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar de seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos o valor ético e humanitário, é onde se aprofunda o laço de solidariedade (KALOUSTIAN, 1994, p.11).

A possibilidade de reintegração familiar está relacionada, além dos profissionais e instituições envolvidos, também do interesse da família. Muitas vezes a família demonstra o interesse verbalmente, mas não participa do processo, nestes casos deve-se buscar alternativas com parentes, e caso também não haja interesse, é importante que esta criança

ou adolescente seja encaminhado a um programa de família substituta, evitando sua institucionalização.

Quando, ao contrário, houver a negativa da criança, cabe ao profissional envolvido, analisar o motivo de tal negativa fazendo os encaminhamentos necessários, pois, a negativa da criança ou do adolescente, pode ser a sinalização de uma revitimização dos mesmos.

Segundo a assistente social M.G.S.O., há alguns casos quase impossíveis de se trabalhar a reintegração familiar, como os que a destituição do poder familiar já foi estabelecida, um segundo abandono de crianças ou adolescentes antes adotados, pais alcoólatras, exploração, negligência, entre outros. Quando a destituição do poder familiar dos pais foi estabelecida, há a possibilidade de retorno à família acontecer com irmãos ou outros parentes.

Para a psicóloga F. S., a possibilidade de reintegração familiar depende de cada caso e só acontece quando há a mudança ou reorganização da família de origem articulando com a rede de atendimento à infância e juventude.

Quando questionado sobre a intervenção do Assistente Social no processo de reintegração familiar, segundo a conselheira tutelar K.R., cita ser de grande importância, “pois o relatório social desenvolvido pelo profissional, subsidiará a decisão do Juizado da Infância e Juventude dando a ele suporte para o encaminhamento mais adequado. Para o desenvolvimento deste estudo social o profissional utilizará, entre outros instrumentos expressivos, as visitas domiciliares, entrevistas, acompanhamento das visitas das famílias às crianças e adolescentes abrigados, entre outros.”

Segundo a assistente social M.G.S.O., o profissional neste tipo de intervenção utiliza vários instrumentos da prática profissional, como o atendimento individualizado aos usuários, a articulação com os órgãos de apoio e com os voluntários integrados à entidade, visitas domiciliares, entrevistas individuais com os membros familiares, relatórios

situacionais para o Juizado da Infância e Juventude, observação no processo de acompanhamento das crianças ou adolescentes abrigados e de seus familiares e nas visitas observadas dos familiares na entidade, reuniões quinzenais com a família e criança ou adolescentes juntos, registro documental e situacional através de prontuários, entre outros. Esta também destaca a importância da criança ou adolescente conhecer o processo de reintegração, como sujeito de direitos e não alimentar falsas esperanças, conhecendo a realidade em que está inserida.

Segundo a coordenadora M.T.B. , nas Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, o trabalho do Serviço Social na intervenção para a reintegração familiar não é fácil. Atualmente a entidade atua articuladamente com o Juizado, o Conselho Tutelar e através das visitas domiciliares. Trabalha-se mais com família substituta, pois os casos que chegam na entidade são quase sem solução de retorno à família de origem (vem para não voltar), então para evitar a institucionalização, após o estudo social que diagnostica a impossibilidade deste retorno, trabalha-se na busca de uma família substituta para esta criança ou adolescente. Sempre trabalhando em conjunto com a rede de apoio o profissional de Serviço Social e a entidade de abrigo, faz os encaminhamentos necessários em cada caso, e se há alguma chance de reintegração familiar, percebendo o interesse da família ou da criança ou adolescente, trabalha-se efetivamente nesta intervenção, mas quando não houver esta possibilidade solicita-se a destituição do poder familiar para a integração da criança ou adolescente numa família substituta.

Nesta intervenção a entidade de abrigo Casas-Lares, procura ampliar a rede de apoio, buscando constantemente novas articulações, com instituições públicas ou privadas e serviços voluntários.

Quando questionado sobre sua contribuição profissional no processo de reintegração familiar da criança ou adolescente à sua família de origem, segundo a

Conselheira Tutelar K.R., “cabe ao Conselho Tutelar na contribuição do processo de reintegração familiar, aplicar a medida necessária, encaminhando aos programas que realizarão o acompanhamento familiar (art.136 do ECA) desta forma, cabe a ele assegurar a criança ou ao adolescente que tenha seus direitos garantidos, incluindo o direito à convivência familiar e comunitária”.

Segundo a psicóloga F.A.S., sua contribuição no processo de reintegração familiar é auxiliar na elaboração do conceito educacional, de um novo olhar da família, em relação à chegada da criança, e também na compreensão da criança ou adolescente na reintegração a sua família de origem. E segundo a psicóloga V.C., sua participação no processo de reintegração familiar é focar na estabilidade da dinâmica familiar, trabalhando os membros familiares no sentido de adaptação na reintegração da criança ou do adolescente na família.

Para efetivar um atendimento de qualidade, com resultados positivos na intervenção para reintegração da criança ou adolescente a família de origem o profissional de Serviço Social se depara com dificuldades na operacionalização de suas ações, e ainda constantemente cria alternativas que possam auxiliar na sua prática.

A questão dos recursos tanto da entidade de abrigo como das famílias trabalhadas é um dos pontos que dificultam o processo de reintegração da criança ou adolescente à família de origem, assim a entidade elabora estratégias com o objetivo de subsidiar a intervenção.

Segundo a coordenadora das Casas-Lares, M.T.B., algumas das estratégias elaboradas pela entidade, para subsidiar seus usuários são: apoio aos egressos, nos casos em que o adolescente abrigado retorna para a família ao completar 18 anos, auxiliando por seis meses em média com cesta básica e auxílio moradia no valor de cinquenta reais mensais, até que a situação de subsistência da família esteja estabilizada; orientação em geral efetuando encaminhamentos; auxílio na busca de emprego e capacitação para o

mercado de trabalho dos membros familiares, doação de roupas e benefícios eventuais, como vales transporte, pois não é possível esperar pela rede de atendimento, de âmbito municipal, que realiza triagens através dos programas, e não tem condições de intervir efetivamente por falta de recursos e profissionais qualificados na concessão de todas as demandas existentes. Para a efetuação destes benefícios a entidade de abrigo viabiliza recursos através de rifas, festas entre outros, pois a manutenção por si só da entidade tem recursos limitados para o atendimento da demanda existente, os convênios com a secretaria da família e da prefeitura não cobrem as despesas da entidade que fica vulnerável quanto à qualidade do atendimento exigindo muito esforço dos profissionais que acabam fazendo papéis que ocupam além da demanda que deve ser atendida, buscando recursos com a comunidade e parcerias com outras instituições públicas ou privadas.

Para a assistente social M.G.S.O., a maior dificuldade além dos recursos é articular com órgãos de geração de emprego e renda, de habitação e capacitação, são extremamente necessários neste processo de intervenção, pois muitas vezes em conjunto com outras situações a falta de recursos da família inviabiliza o retorno familiar. Mesmo com a concessão de auxílios concretos que a entidade de abrigo disponibiliza, como vale-transporte, cestas básicas, roupas, móveis ou o que estiver ao alcance da instituição, não vai ser a solução de orientação para que a família possa se prover por si mesma, porém necessário para contribuir neste processo. Ainda falta apoio do Estado, pois a rede de atendimento não é suficiente e a falta de recursos também dificulta as intervenções como realização de visitas domiciliares, falta de transporte, falta de pessoal para acompanhar as crianças nos atendimentos fora da entidade entre outros.

Trabalhar com a família mesmo depois de efetuada a reintegração da criança ou adolescente é fundamental para não haver reincidência, para tal, é necessário articular

estratégias junto aos Programas das redes de apoio e através do estudo social averiguando as necessidades sócio - assistenciais (recursos, jurídicos, psicológicos) da família.

Questionado sobre a presença da intervenção profissional após o retorno da criança ou adolescente a família de origem, a assistente social M.G.S.O., posiciona-se, principalmente através de contatos telefônicos com as famílias e através dos Programas de atendimento que continuam acompanhando a família, como o Programa Acorde e o Apoio-Sócio-Familiar para a obtenção de informações da situação momentânea. A família muitas vezes também entra em contato com a entidade de abrigo após a reintegração, na maioria dos casos quando há problemas. Portanto são muito importantes e necessárias as articulações da entidade com as redes de apoio na viabilização e efetivação de uma intervenção de qualidade.

De acordo com as psicólogas V.C. e F.A.S., o processo de reintegração familiar deve acompanhar a família e a criança ou adolescente com profissionais especializados por ao menos um ano, pois ocorre neste período uma mudança na dinâmica familiar, para integrar os membros familiares no sentido de aprenderem a lidar com os novos conflitos que surgem nesta transformação com o fim de criar uma rotina saudável.

Depois de 13 anos de implementação do ECA, percebe-se que o desafio do trabalho atual é romper cada vez mais com as raízes da institucionalização, mantendo o foco na qualidade do atendimento dos abrigos e na atitude dos profissionais diante dos abrigados e de suas famílias, pois a falta das políticas pública em relação a emprego e rede de serviços favorece a desagregação familiar, gerando problemas como a violência doméstica e expondo a crianças ou adolescentes numa situação de risco social, levando ao abrigamento.

Finalmente, o tempo de abrigamento, a situação do vínculo familiar das crianças e dos adolescentes, a situação sócio-econômica da família, as bases financeiras dos abrigos,

entre outros, são desafios na intervenção profissional para o rompimento da institucionalização, fazendo com que o trabalho de reintegração familiar seja efetivado na garantia da criança ou adolescente ser criado no seio de sua família e quando não for possível em uma família substituta. Portanto o abrigo da criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade social deve ser provisória e temporária como estabelecido no ECA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou-se relacionar os desafios e práticas da profissão de Serviço Social frente à demanda de atendimento na reintegração familiar da criança ou adolescente abrigado em sua família de origem. O termo família de origem é utilizado por esta poder ser biológica ou adotiva. Para a contribuição e o desenvolvimento da análise, foi realizada a pesquisa de um referencial teórico que subsidiasse esta temática, no qual encontram-se relacionados o contexto da instituição frente à dinâmica da demanda atendida; as relações do Serviço Social e o atendimento a infância no Brasil, os instrumentos de trabalho do profissional de Serviço Social e sua atuação na instituição de abrigo.

Os desafios na prática profissional do Serviço Social na instituição de abrigo, são aqui analisados no sentido de compreender as dificuldades e perspectivas na intervenção para reintegração da criança ou adolescente à família de origem.

Ao realizar o estágio nas Casas- Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, foi observado o quanto as crianças e os adolescentes se preocupam com as relações afetivas, ou seja, relações que geram vínculos afetivos. A ansiedade para que seus problemas sejam solucionados e principalmente voltar a fazer parte do meio familiar, ter contato com a família de origem ou ser inserido numa família substituta. Para tanto é necessária a intervenção do profissional de serviço social da entidade que efetua os encaminhamentos necessários, realiza as visitas domiciliares entre outros. Esta prática também é articulada junto à rede de apoio, como o Conselho Tutelar, o Juizado da Infância e Juventude e os Programas específicos de atendimento da prefeitura. Todo este processo exige muito do profissional, que fica sobrecarregado por vários motivos, desde a defasagem de recursos da entidade, defasagem de profissionais, além da rede de apoio que não consegue atender a demanda existente.

Assim, o profissional de Serviço Social, constantemente elabora alternativas na busca de parcerias com a comunidade e outras instituições públicas ou privadas com o fim de efetivar um atendimento de qualidade garantindo os direitos dos usuários conforme estabelecido no ECA.

É importante destacar que o estudo não pretende questionar a prática profissional, mas sim fazer perceber que esta depende de outros fatores como da rede de apoio e da própria sociedade, na contribuição de uma reflexão onde o profissional afirma a sua atuação teórico-prática na elaboração de estratégias que viabiliza para efetivar seu atendimento.

O trabalho do profissional de Serviço social na entidade de abrigo na reintegração familiar da criança ou adolescente a sua família de origem está relacionado a alguns pontos que se pode destacar, como trabalhar em conjunto com a família neste processo de intervenção no sentido de acompanhar as visitas da família no abrigo, observar e realizar entrevistas individualizadas com os membros familiares, visitas domiciliares, viabilização de auxílios para a contribuição da intervenção, encaminhamentos necessários de acordo com a demanda, realizar reuniões com o grupo familiar, considerar o interesse da criança e a importância de estar a par do processo, entre outros.

Nesta prática profissional, o assistente social também articula com instituições públicas, privadas e ONG's para proporcionar um atendimento efetivo a seu usuário. Porém, esta rede de apoio, encontra-se defasada por falta de políticas sociais bem direcionadas, geralmente voltadas ao atendimento emergencial, focalizando o usuário-problema.

O profissional de Serviço Social, diante deste contexto, busca a constante elaboração de estratégias na sua prática profissional para suprir a desresponsabilização do Estado, que “cruza os braços”, preocupados apenas com a “roupa” da estrutura da sociedade e não percebem que o “corpo está muito doente, um corpo jovem e doente”, pois se não forem

trabalhadas as questões sociais focalizando a família como um todo, os problemas tendem a não serem solucionados e sim reproduzidos.

O profissional de Serviço Social, em sua prática profissional, se depara com questões da sociedade como a pobreza, fome, preconceito, exclusão de direitos, violência, entre outros. Ao trabalhar com estas questões, seja dentro das instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais o profissional de Serviço Social se vê cercado de paradigmas impostos com o tempo e pelos entropostos da profissão no decorrer de sua história.

Podemos verificar que para uma efetiva atuação do profissional de Serviço Social na intervenção para reintegração da criança ou adolescente em sua família de origem é necessário que um conjunto de fatores se articulem constantemente, entre estes podemos citar que:

- A família deve ser trabalhada em conjunto, na motivação de sua autonomia no sentido de prover suas necessidades e carências, fazendo destes cidadãos efetivos na luta para a garantia de seus direitos;

- Fazendo com que se conheça a rede de atendimento disponível, tão necessária para a contribuição no resgate do vínculo afetivo muitas vezes rompido pela institucionalização, quando as famílias pensam que seus filhos são mais bem tratados se viverem no espaço do abrigo, que não deixará seus filhos passarem por “necessidades” (financeiras);

- O assistente social deve subsidiar esta articulação que vai desde o atendimento na entidade de abrigo até o encaminhamento para programas específicos de atendimento que vão auxiliar no resgate do vínculo afetivo dos membros familiares.

Diante desta realidade apresentada percebe-se que o assistente social deve capacitar-se constantemente a fim de atender esta prática profissional que exige a compreensão da problemática a ser trabalhada, como um fenômeno estrutural que envolve questões

emocionais e econômicas diante da realidade atualmente vivenciada pelos setores menos favorecidos da sociedade, que são afetados pela má distribuição de renda no país, o desemprego, a violência, o preconceito, a desresponsabilização do Estado, contribuindo em grande maioria com políticas compensatórias, ou seja de cunho assistencialista.

Finalmente, o profissional de Serviço Social deve viabilizar estratégias que evitem a institucionalização da criança ou adolescente, fazendo da entidade de abrigo uma passagem provisória, como estabelecido no ECA. Este trabalho pode se dar através da elaboração de projetos junto à comunidade, no apoio para que a criança ou adolescente sintam-se à vontade na entidade em seu período de abrigamento e facilitador no processo de reestruturação do vínculo familiar; na continuação do acompanhamento à família após a reintegração da criança ou adolescente abrigado; orientar a família de acordo com suas necessidades e apoiar em sua independência institucional, procurando encaminhá-la a programas de apoio visando sua autonomia, principalmente na capacidade de gerir seus próprios recursos através do mercado de trabalho.

A prática profissional do assistente social se esbarra nestes fatores que dependem de um trabalho articulado, onde a rede de apoio não atende toda demanda, por falta de profissionais capacitados e de recursos, e ainda com a falta de compromisso do órgão político na viabilização e apoio de projetos que devem garantir a criança ou adolescente como sujeitos de direitos em desenvolvimento físico e psicológico. Para tanto é necessário que a família seja trabalhada como um todo na articulação das estratégias de atendimento e garantia de direitos dos sujeitos da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, Manuel. **Introdução à pesquisa**. Métodos, técnicas e instrumentos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980, p.1.
- BECKER, H. S. Métodos de Pesquisa em Ciências sociais. Trad. Estevão. M., Aguiar. R. **Revista Técnica**. Arieira. M. 4º ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Governo Federal, 1990.
- BRASIL. **Novo Código Civil Brasileiro**: Lei nº 10.406 de 2002. São Paulo: Editora On Line.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do**. São Paulo: editora Rideel, 1988.
- CEJA. Cultura do abrigo ainda persiste, 13 anos após o ECA, **Jornal eletrônico** disponível em www.midiacrianca.org.br, acesso em 28 de novembro de 2003.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília. 1993.
- COFI/CFESS. **Atribuições Privativas do(a) Assistente Social**. Brasília, 2002, p. 8.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégia em Serviço Social**. São Paulo, ed. Cortez, 1997, p. 92, 93.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Anais, 1995.
- GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 5º ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- GOODE, W. J. , HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 7º ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Ed. Cortez, 1999, 2º ed., p. 169.
- IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo, Ed. Cortez, 2001, 5º ed., p. 62, 63.
- KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. São Paulo, Cortez, 1994, p.11.

LAFFIN, Marcos; BORBA, José ^a e CRUZ, Flávio. Contabilidade e organizações do terceiro setor. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, Ed. UFSC, 2002, n.2, v.5, p.134.

MENEGASSO, Maria Ester. Organizações e Serviço Social. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, Ed. UFSC, 2002, n.2, v.5, p.111.

MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIN, Salvador; tradução de Magda França Lopes. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1999, p.22.

MIOTO, Regina Célia Tamasso: Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 55, v. 18, ano XV, São Paulo, Editora Cortez, 1997, p. 123.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Instrumentos do Serviço Social**. Texto elaborado para apoiar as atividades acadêmicas. Departamento de Serviço Social, Florianópolis, UFSC, 2001.

MOREIRA, Eliane M.; VASCONCELOS, Kathleen E. L. Infância, Infâncias: o ser criança em espaços socialmente distintos. **Revista Serviço Social y Sociedade**, São Paulo, Ed. Cortez, n. 76, 2003, p. 175.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Editora Cortez, nº50, ano XVII, 1996. p. 191.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social**: introdução às suas técnicas. 3º ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

PICADO, Solange C. ; RODRIGUES, Mônica F. Reflexões sobre a Prática da Institucionalização e o Direito à Convivência Familiar; **Revista da Faculdade de Serviço Social da UEJR**, nº1; Rio de Janeiro: UEJR, 1993, págs. 106, 107, 109, 111.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980, p. 32.

SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça e Administração. Centro brasileiro para Infância e a Adolescência – SC. **Projeto Casa-Lar**: Uma alternativa de atendimento as crianças e adolescentes. Florianópolis: IOESC, [1993].

SANTOS, Lucinete. Adoção ou abrigos de tipo ideal ? In: **Caderno de Estudos n.3**: Direito de Família e Ciências Humanas. São Paulo, Editora Jurídica Brasileira, 2000, p.79.

SARMENTO, Hélder B. de Moraes . Serviço Social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sociopolítica. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, Ed. UFSC, 2002, n.2, v.5, p.117.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **V Encontro de Pesquisadores em Serviço Social**. VERJ. Rio de Janeiro, 1996, p. 80.

SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH; COOK. **Métodos de Pesquisa em Relações Sociais**. Trad. Leite D. M. São Paulo: Helder, 1967.

SILVA, Jurema A. P. ,O Papel Da Entrevista Na Prática Do Serviço Social. Em Pauta: **Caderno da Faculdade de Serviço Social da UERJ**, nº 6, 1995.

SILVA, Edna L., MENEZES, Estera M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3º ed. UFSC, PPGE, LED, Florianópolis, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. Regulação Social Tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. **Caderno Ideação**, Políticas Sociais para um novo mundo necessário e possível. II Fórum Social Mundial, Porto Alegre, Brasil, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A particularidade da questão social na América Latina. **Revista Serviço Social y Sociedade**, São Paulo, Ed. Cortez, nº 76, ano XXIV, 2003, p. 47.

WEBER, Lúcia Natália Dobrianskyj. **A ficção e a realidade de crianças institucionalizadas**: uma proposta de intervenção. In: GAPEFAN/ UFSC. Congresso Internacional Família e Violência. Florianópolis, 1999, p. 428 e 429.

ANEXO A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 Você conhece o trabalho de reintegração da criança/adolescente à família de origem?

Como?

2 Em que casos, a criança ou adolescente abrigado tem possibilidades de reintegração à família de origem?

3 Qual a sua observação a respeito do retorno da criança/adolescente à família de origem?

4 Qual o papel do Assistente Social nesta intervenção?

5 Qual a sua contribuição profissional no processo de reintegração familiar?

6 Após o retorno da criança ou adolescente à família de origem, há intervenção junto à mesma?

7 Você gostaria de acrescentar algum outro comentário neste final de entrevista?

ANEXO B

Telefones e endereços úteis na contribuição na efetivação da cidadania para crianças e adolescentes e sua família, ou seja, as pessoas em geral :

..Abordagem de Rua / Prefeitura Municipal de Florianópolis

Endereço: Av. Paulo Fontes 1101 - Centro

Telefone: 9957-2147 ou 9957-2148

.. Associação Casa da Mulher Catarina

Endereço: Rua Ferreira Lima, 82 - Passarela do Samba/ Florianópolis

Telefone: (48) 223-8010

.. Casa da Liberdade/ Prefeitura Municipal de Florianópolis

Endereço: Av. Gustavo Richard, s/n.º - Passarela do Samba/ Florianópolis

Telefone: (48) 224-1256

.. Comissão Estadual Judiciária de Adoção/ Corregedoria Geral da Justiça

Endereço: Praça Tancredo Neves, 8º andar - Tribunal da Justiça/ Florianópolis

Telefone: (48) 221-1226/ 221-1224

.. Conselho Municipal da Assistência Social

Endereço: Rua Rui Barbosa, 677 - Agrônômica/ Florianópolis

Telefone: (48) 228-3107

.. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Endereço: Rua Rui Barbosa, 677 - Agrônômica/ Florianópolis

Telefone: (48) 228-3107

.. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Endereço: Rua Trajano, 168 - Centro/ Florianópolis

Telefone: (48) 224-3325

.. Conselho Tutelar de Palhoça

Endereço: Rua Maria Teodora Haeming, s/n.º - Passa Vinte/ Palhoça

Telefone: (48) 242-5251

.. Conselho Tutelar de Biguaçu

Endereço: Hemogenes Prazeres, 59 - Centro/ Biguaçu

Telefone: (48) 243-3165 ramal 224

.. Conselho Tutelar de São José

Endereço: BR 101 KM 202, 3697 - Barreiros/ São José

Telefone: (48) 281-6734/ 281-6758

.. Conselho Tutelar Continente

Endereço: Heitor Blun, 521 - Estreito/ Florianópolis

Telefone: (48) 224-5691

.. Conselho Tutelar Ilha

Endereço: Rua Rui Barbosa, 677 - Agrônômica/ Florianópolis

Telefone: (48) 228-0818/ 228-6989

.. CVV - Centro de Valorização da Vida

Endereço: Rua Vitor Konder, 321 - Centro/ Florianópolis

Telefone: (48) 222-4111

.. Delegacia de Proteção à Mulher

Endereço: Av. Mauro Ramos, 1690 - Centro/ Florianópolis

Telefone: (48) 228-5304/ 1380

.. Hospital Florianópolis

Endereço: Sn. R. Cássia, 1665/ Florianópolis

Telefone: (48) 271-1500

.. Hospital Regional de São José

Endereço: DM Filomeno, 99/ São José

Telefone: (48) 271-9000

.. Hospital Infantil Joana de Gusmão

Endereço: Rn. Barbosa, 152/ Florianópolis

Telefone: (48) 251-9000

.. HU - Hospital Universitário

Endereço: Campus Universitário, s/n.º - Trindade/ Florianópolis

Telefone: (48) 331-9100

.. Juizado da Infância e Juventude

Endereço:

Telefone: (48) 228-0048/ 228-0049

.. Maternidade Carmela Dutra

Endereço: Rua Irmã Benvenida, 208 - Centro/ Florianópolis

Telefone: (48) 251-7501

.. Ministério Público de Santa Catarina

Endereço:

Telefone: (48) 229-9000

.. **NAPS - Núcleo de Atenção Psicossocial**

Endereço: Rua Rui Barbosa, 713 - Agrônômica/ Florianópolis
 Telefone: (48) 228-9090/ 228-5091

.. **PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil/ Prefeitura Municipal de Florianópolis**

Endereço: Rua Rui Barbosa, 677 - Agrônômica/ Florianópolis
 Telefone: (48) 228-3107

.. **Prefeitura Municipal de Florianópolis**

Endereço: Rua Conselheiro Mafra, 656 - Centro/ Florianópolis
 Telefone: (48) 251-6000

.. **Prefeitura Municipal de São José**

Endereço: A. Figueiredo, 1548/ São José
 Telefone: (48) 346-7424/ 346-7469

.. **Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude**

Endereço:
 Telefone: (48) 229-9178

.. **SEBRAE - SC**

Endereço: Avenida Rio Branco, 611 - Centro/ Florianópolis
 Telefone: (48) 221-0800/ 080048-3300/ 224-902

.. **Secretaria do Estado Desenvolvimento Social e Família**

Endereço: Avenida Mauro Ramos, 722 - Centro/ Florianópolis
 Telefone: (48) 346-7424/ 346-7469

.. **SESI - SC**

Endereço: Rua Farroupilha, 150 - Campinas/ São José
 Telefone: (48) 350-6688

.. **SOS Criança/ Prefeitura Municipal de Florianópolis**

Endereço: Rua Rui Barbosa, 677 - Agrônômica/ Florianópolis
 Telefone: (48) 228-8611/ 1407/ 080048-0103

BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil

A BEMFAM é uma organização não-governamental, de ação social, sem fins lucrativos, que atua na defesa dos direitos de homens, mulheres e adolescentes à assistência em saúde sexual e reprodutiva.

Prestar assessoria técnica em saúde sexual e reprodutiva para organizações governamentais e não-governamentais, Instituições e Empresas; incluindo treinamento e supervisão de equipes de saúde.

· Programa de Santa Catarina

Rua Major Costa, 382 – Centro – Florianópolis – CEP: 88020-400

Tel: (48) 322-0150

CCV - Comissão Multiprofissional de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima de Maus Tratos / HU – Hospital Universitário - UFSC

Manter equipe multiprofissional preparada para identificação de maus-tratos às crianças; acompanhamento e encaminhamento dos atendimentos analisados na pediatria do HU

Elaborar e implementar protocolos de atendimento para estudo dos problemas no âmbito do HU

Sistematizar o encaminhamento das informações às autoridades legalmente constituídas

Aprofundar o nível teórico dos estudos a respeito e, realizar pesquisas na área

Promover treinamentos e manter intercâmbio com outras instituições

Atendimento à criança (e família) vítima de maus-tratos, no âmbito do HU

Manutenção da criança suspeita de maus tratos na sala de observação da enfermeira pediátrica, pelo menos 24 horas, para garantir a preservada sua integridade física e psicológica

Campus Universitário – UFSC (Univ. Federal de Santa Catarina) – 2º andar, sala: divisão de pediatria – Trindade, CEP 88040-970

Tel.: 331-9184/331-9094/331-9145/331-9146 / Fax: 331-9007

E-mail: ped@hu.ufsc.br

De 2ª a 6ª feiras, pela manhã

Atendimento gratuito. Casos urgentes serão atendidos pelo pediatra plantonista e a criança ficará em observação até o outro dia, aguardando as avaliações do pediatra do CCV e demais profissionais

De 0 a 14 anos

HIJG - Hospital Infantil Joana de Gusmão

Atender de maneira integral a criança e o adolescente, sua família, na busca da saúde.

Assistenciais, preventivos, ensino e pesquisa.

Rua Rui Barbosa, 152 – Agronômica - CEP 88025-301

Tel.: (48) 251-9000 / Fax: (48) 251-9013

Plantão 24 horas e Ambulatório de 2ª a 6ª feiras das 7 às 19h

Atendimento gratuito, com hora marcada, casos urgentes.

De 0 a 18 anos (ambos os sexos)

FMSS - Maurício Sirotsky Sobrinho

Promover ações no campo do desenvolvimento social auto-sustentado, voltadas à construção da cidadania;

Implementação de programas que visem ao atendimento dos direitos sociais básicos;

Cooperação técnica e financeira a Projetos Sociais

Mobilização social

Implementação do estatuto da criança e do adolescente

Cidadania empresarial.

Av. Desembargador Pedro Silva, 2668 - CEP 88080-701

Tel.: (48) 216-3041 / 216-3042 / Fax: (48) 216-3055

www.fmsssc@zaz.com.br

E-mail: fmsssc@zaz.com.br

De 2ª a 6ª no horário comercial. Intervalos para o almoço.

Distribuição do atendimento por sexo (referentes ao atendimento semanal)

Faixa etária conforme projetos

NUCA - Núcleo da Criança e do Adolescente

FAED – Centro de Ciências da Educação

UDESC – Univ. do Estado de Santa Catarina

Realizar a integração de programas e projetos na UDESC e desta com as organizações governamentais e não governamentais de SC, produzindo conhecimentos, fornecendo subsídios e desenvolvendo eventos de extensão que permitam um aprimoramento dos cursos que formam educadores,

Construir uma proposta global para o enfrentamento da problemática e da criança e do adolescente em SC, a partir do conhecimento sistematizado da sua situação.

Formar educadores devidamente qualificados para o trabalho com a realidade das crianças e adolescentes no Estado.

Propiciar a reflexão aprofundada acerca do estatuto Criança e do Adolescente e de outras normas legais, garantindo a sua socialização e aplicação.

Rua Visconde de Ouro Preto, 457 – Centro - CEP 88020-040

Tel.: (48) 222-9168 / Fax: (48) 222-9168

www.faed.udesc.br/dape

E-mail: f2ena@udesc.br

Reuniões quinzenais as 2ª feiras. Projetos seguem conforme cronograma próprio.

Atendimento gratuito. Pago nos Cursos de Pós-Graduação – Especialização

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Trata-se de um órgão deliberativo, consultivo e controlador da política de promoção e defesa da criança e do adolescente. O conselho não presta serviços diretamente à população mas têm o caráter formulador de políticas ao segmento criança e adolescência.

Rua Trajano, 168, 7º andar – Centro - CEP 88010-010

Tel.: 224-3325 / Fax: 224-0507

E-mail: cedca@sdsf.sc.gov.br

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Formular a Política Municipal de Proteção, Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis, ouvindo o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua Rui Barbosa, 677 fundos – Agronômica

Tel.: 228-2718

De 2ª a 6ª feira das 13:30 às 18:30h

CT - Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

Zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente. Serviços previstos no Art. 136 da Lei 8069/90, ou seja:

Atender crianças e adolescentes

Atender pais ou responsáveis

Requisitar serviços públicos

Encaminhar ao Ministério Público, notícias crime

Expedir notificação

Requisitar certidões de nascimento e óbito de crianças e adolescentes

Outros.

Rua Rui Barbosa, 125 – Agronômica - CEP 88025-301

Tel.: (48) 228-6989/228-0818

Plantão 24 horas

Atendimento gratuito. Requer hora marcada em casos urgentes: direitos violados e/ou situação de risco

De 0 a 18 anos

EMAJ - Escritório Modelo de Assistência Jurídica

Prestar assessoria jurídica nas áreas civil, penal e trabalhista para pessoas que não possam arcar com as custas de um processo e os honorários de um advogado. O serviço é destinado ao atendimento da população, bem como, ao aprendizado dos alunos e alunas da Instituição – Curso de Direito.

Campus Universitário – UFSC - Trindade

Tel.: 331-9410

De 2ª a 5ª feira das 9 às 11:30h e das 15 às 17:30h

Atendimento gratuito. Casos urgentes poderão ser atendidos se houver vagas.

Assistência Policial

6ª DPCap - 6ª Delegacia de Polícia da Capital – Delegacia de Proteção à mulher, à criança e ao adolescente

Av. Mauro Ramos, 1690 Centro - CEP 88020-302

Tel.: (48) 228-5304 ou 228-1380

Plantão 24 horas